



MOVIMENTOS SOCIAIS E O DEBATE SOBRE A COMUNICAÇÃO NA ATUALIDADE

SOCIAL MOVEMENTS AND THE CURRENT COMMUNICATION DEBATES

Célia Barbosa da Silva Pereira*

<https://orcid.org/0000-0001-7662-2197>

Franciani Bernardes**

<https://orcid.org/0000-0002-4497-7783>

RESUMO

Este artigo resulta de uma pesquisa empírica¹, qualitativa, que visa conhecer como movimentos sociais feministas consolidados têm se apropriado das tecnologias da informação e comunicação (TICs) como ferramentas de mobilização e organização política. Busca verificar a proximidade com uma tendência movimentalista anunciada com a eclosão de protestos massivos e movimentos sociais a partir de 2011, que centralizam o uso das TICs. Apesar dos movimentos analisados terem encontrado na internet um espaço para a organização política, esse ambiente não se torna central e nem substitui os mecanismos tradicionais de mobilização e divulgação, como o contato pessoal, telefônico, o uso de cartazes, faixas, distribuição de panfletos, entre outros. Ademais, tais tecnologias são apropriadas por esses movimentos, levando em conta suas potencialidades e limitações.

PALAVRAS-CHAVE

Movimentos sociais. Tecnologias da informação e comunicação. Organização política.

ABSTRACT

This article is the result of an empirical, qualitative research that aims to know how consolidated feminist social movements have appropriated information and communication technologies (ICTs) as tools for mobilization and political organization. It seeks to verify the proximity to a movement trend announced with the outbreak of mass protests and social movements from 2011, which centralize the use of ICTs. Although the movements analyzed found on the Internet a space for political organization, this environment does not become central and does not replace traditional mechanisms of mobilization and dissemination, such as personal contact, telephone, use of posters, banners, distribution of pamphlets, among others. Moreover, such technologies are appropriated by these movements, taking into account their potentialities and limitations

* Assistente Social. Doutorado em Política Social. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes, Vitória, Brasil). Av. Fernando Ferrari, S/N, Vitória, ES. E-mail: <celiabsp@gmail.com>.

** Jornalista. Doutorado em Comunicação Social. Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. (Ufes, Vitória, Brasil), Av. Fernando Ferrari, S/N, Vitória, ES. E-mail: <franbernardess@gmail.com>.

¹ Este trabalho foi submetido no Comitê de Ética da Universidade Federal do Espírito Santo e utiliza de todos os procedimentos éticos exigidos. Número CAAE: 66051917.4.0000.5542, submetido em 20 de março de 2017.

DOI 10.22422/temporalis.2019v19n38p52-64



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

KEYWORDS

Social movements. Feminist movements. Information and communication Technologies. Political organization.

Submetido em: 31/8/2019.

Aceito em: 8/12/2019.

INTRODUÇÃO

A primeira metade desta década foi marcada por inúmeras manifestações massivas em diferentes países do globo. Muitos desses protestos foram convocados por meio do uso intensivo das redes sociais da internet, como ocorreu em 2011, por exemplo, com a Primavera Árabe (Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, entre outros), o Occupy Wall Street (EUA), *Los Indignados* (15M, na Espanha e 12M, em Portugal), entre outros (CASTELLS, 2013; GOHN, 2014; HARVEY *et al.*, 2012; BRAGA, 2015).

É consenso entre esses autores - apesar de procederem de diferentes correntes teóricas - a análise de que esses protestos deflagraram os danos da crise capitalista atual, em curso desde finais de 2007, que afetam amplos segmentos da população mundial.² Como contraponto aos efeitos dessa crise, essa onda de protestos³ emergiu nos últimos anos em diversas partes do mundo e chamou a atenção de analistas sociais e políticos devido às características comuns que as expressões concretas dessa onda apresentaram em países periféricos e centrais, mobilizando milhares de pessoas.

A espontaneidade na origem das manifestações, a recusa de espaços políticos e formas de lutas tradicionais (parlamento, sindicatos, partidos), o perfil jovem dos manifestantes, a horizontalidade na organização, a pluralidade de bandeiras de lutas, a ocupação de espaços públicos e o uso das novas tecnologias da informação e comunicação, foram as principais características destacadas pelos autores, seja no sentido de valorizar ou de refutar algum desses aspectos (CASTELLS, 2013; GOHN, 2014; HARVEY *et al.*, 2012; BRAGA, 2015). De todo modo, a conjuntura de efervescência movimentalista trouxe para o centro do debate a eclosão de *novos movimentos políticos, novíssimos movimentos sociais* ou *movimentos sociais em rede*.⁴

² Segundo Castells (2013), na Tunísia, no período das manifestações, a taxa de desemprego era de 13,1%, ao passo que entre os jovens esse percentual era de 21,1% (CASTELLS, 2013, p. 27). Na Islândia, a crise financeira acarretou uma queda significativa do PIB do país, de 6,8% em 2009 para 3,4% em 2010 (CASTELLS, 2013, p. 35). No Egito, a maioria dos trabalhadores desenvolvem atividades laborais no setor informal e pelo menos 40% da população é pobre (CASTELLS, 2013, p. 58). Nos países árabes onde ocorreram os levantes populares, a liberalização e a subordinação econômica levaram a altas no preço de gêneros alimentícios nestes países, impedindo o consumo de boa parte da população (CASTELLS, 2013, p. 75). Na Espanha, o desemprego em 2011 era de 22%, entre os jovens este número era ainda mais expressivo, 47% (CASTELLS, 2013, p. 86). Nos Estados Unidos, 1% da população passou a deter 23,5% da renda.

³ Conforme Barker (2014): "A figura de uma 'onda' implica situações ou períodos de 'ascensão' e 'queda' (BARKER, 2014, p. 11). Trata-se de períodos históricos em que as diversificadas lutas (ou inúmeros movimentos sociais) que compõem o movimento social geral experimentam padrões/características similares no seu desenvolvimento ou mesmo na sua retração.

⁴ A primeira expressão é usada por Carneiro para se referir aos movimentos sociais de massa que surgiram em diferentes países (Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, Espanha, Portugal, Grécia, Chile, EUA, Rússia) na primeira metade desta década (HARVEY *et al.*, 2012, p. 14). A segunda é usada por Gohn (2014, p. 22) também para referir-se aos eventos massivos globais da atualidade. Alves fala de *novos movimentos sociais* ao reporta-se aos mesmos protestos (HARVEY *et al.*, 2012, p. 35). A terceira expressão, *movimentos sociais em rede*, é

No Brasil, as manifestações de junho de 2013⁵ foram vistas como expressão dessa onda de protestos global. Para Gohn (2014), as manifestações que tomaram as ruas e praças com ações de protesto inserem-se em uma categoria mais geral, denominada por ela de *Movimento dos Indignados*. Segundo a autora, as manifestações de junho de 2013 no Brasil representam uma nova forma de movimento social formada em sua maioria por jovens com escolaridade, em sua maioria de camadas médias, conectadas a redes digitais, organizados de forma horizontal, sem a intermediação de lideranças, resistentes às organizações tradicionais da política, principalmente, partidos políticos e sindicatos (GOHN, 2014).

Com o olhar focado nesses novos formatos de movimentos sociais, Castells (2013) argumenta que o sentimento de humilhação gerado nas pessoas decorrentes das atitudes dos detentores do poder financeiro e político-cultural foi o motor das rebeliões globais, no início desta década. A causa dos protestos derivaria, portanto, da indignação ante o gerenciamento da crise financeira, do vazio institucional e de alternativas, visível na perda de legitimidade das instituições políticas tradicionais como parlamento, partidos e sindicatos (CASTELLS, 2013).

A principal inovação desses movimentos sociais atuais estaria, para Castells (2013) nas possibilidades que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) trouxeram para eles. Apesar de reconhecer que a internet, assim como qualquer outra tecnologia, não é a fonte causadora dos protestos sociais, as TICs teriam contribuído, em sua visão, para introduzir uma tendência movimentalística: os *movimentos sociais em rede*, formatando o processo de origem, organização, articulação, comunicação, mobilização, propiciando as condições para que eles mantenham a espontaneidade, autonomia e horizontalidade frente às tentativas de dominação institucional. Nesse sentido, a internet ultrapassaria o caráter meramente instrumental, expressando uma dimensão supervalorizada para o autor, que chega a afirmar que “[...] a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura de liberdade na prática da autonomia⁶” (CASTELLS, 2013, p. 168).

Frente a essas considerações iniciais, esse artigo parte do seguinte pressuposto: refletir sobre uma possível tendência movimentalística requer atentar não apenas para arranjos de movimentos sociais que surgiram nesta década, uma vez que estes podem inclusive demonstrar um caráter efêmero. Nesse sentido, é importante investigar se os movimentos sociais consolidados⁷ têm ou não reproduzido características dessa

cunhada por Castells (2013) e adotada também por Scherer-Warren (2014) para discorrer sobre as novas formas de movimentos sociais que surgiram neste contexto.

⁵ Expressões como “Jornadas, atos, onda, protesto de massa, mobilizações, revoltas etc.” (GOHN, 2014, p. 8), bem como “[...] acontecimentos de junho [...]” (SINGER, 2013, p. 26) e “[...] manifestações [...]”, termo escolhido por Gohn (2014, p. 12) e Scherer-Warren (2014, p. 417), foram usadas para nomear o que ocorreu em junho de 2013 no Brasil.

⁶ A autonomia é conceituada pelo autor como sendo a “[...] capacidade de um ator tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses” (CASTELLS, 2013, p. 168). Para ele, autonomia é uma característica herdada, decorrente da mudança cultural introduzida pelos movimentos sociais de 1968 e que passou a permear os movimentos sociais.

⁷ Neste artigo, consideramos como movimentos sociais consolidados aqueles que possuem uma permanência temporal superior a uma década.

tendência anunciada; se sim, de que forma ela se expressa? e se não, quais as particularidades de suas características em relação aos movimentos sociais mais recentes? Ademais, tendo em vista a heterogeneidade dos movimentos sociais é preciso questionar ainda em que medida essa tendência estaria sendo reproduzida em movimentos mais críticos ao sistema capitalista. Assim, como forma de contribuir com o debate atual sobre o uso das TICs por movimentos sociais, esse artigo traz elementos que colocam em questionamento sua apropriação por parte de movimentos sociais anticapitalistas consolidados.

Desta feita, com base em pesquisa empírica, o objetivo do presente trabalho é mostrar como os movimentos sociais, objetos de estudo desta pesquisa, a saber: Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) têm usado as TICs, especificamente, no que se refere aos processos de mobilização e divulgação de suas ações na atualidade. Esses resultados partem de um estudo exploratório, resultado da tese de doutorado *A relação entre movimento feminista e partidos políticos no Brasil no contexto de acirramento da crise capitalista, 2008-2017*, de autoria de Célia Barbosa da Silva Pereira, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

A partir dessa análise, pretendemos verificar se para esses movimentos a internet possui um caráter instrumental, como outros meios de comunicação mais tradicionais, ou se ganha maior destaque ou centralidade, como muitos autores – tal como Castells (2013) – afirmam acontecer quando se tratam de movimentos sociais que surgiram na cena política a partir de 2011.

A razão da escolha desses movimentos feministas como objeto deste estudo levou em conta sua expressividade nacional e o fato de serem movimentos auto-organizados por mulheres, que afirmam possuir autonomia em relação a organizações político-partidárias, característica que à primeira vista mostrava certa proximidade com os novos formatos anunciados no início desta introdução.⁸ A técnica metodológica usada foi a entrevista em profundidade⁹, guiada por um roteiro de caráter semiestruturado, com perguntas abertas. As entrevistas foram realizadas no período entre maio e dezembro de 2017, com um total de 14 mulheres, considerados os três movimentos de forma geral. Destas, sete são militantes da MMM, quatro da AMB e três da MMC. Tendo em vista a natureza qualitativa da pesquisa e que não é nosso objetivo realizar um estudo comparativo entre os três

⁸ Dizemos à primeira vista, uma vez que a pesquisa empírica realizada por nós com estes movimentos sobre o aspecto da relação com partidos políticos demonstrou que o caráter de distanciamento dos partidos apresentado pelos movimentos sociais em rede, segundo mostrou Castells (2013) e pelos novíssimos movimentos sociais, conforme Gohn (2014), não é reproduzido por movimentos feministas anticapitalistas consolidados no Brasil. Ao contrário, esses movimentos apresentaram no contexto de acirramento da crise capitalista, relação não apenas próxima, mas inclusive orgânica, com os partidos do mesmo campo político, de esquerda (Cf. PEREIRA, 2019).

⁹ A escolha das entrevistadas seguiu a técnica *bola de neve* (snowball sampling). Segundo Dewes (2013), “[...] este tipo de método baseado na indicação de um indivíduo de um ou mais outros indivíduos é também conhecido como método de cadeia de referências. O processo começa de um certo número de sementes, pessoas selecionadas de alguma forma pelo pesquisador e que fazem parte da população-alvo. Essas pessoas, por sua vez, são incumbidas de indicar a partir de seus contatos outros indivíduos para a amostra. Segue-se assim, sucessivamente, até que se alcance o tamanho amostral desejado” (DEWES, 2013, p. 8).

movimentos preferimos manter todas as entrevistas mesmo com a diferença no número de militantes de cada movimento.

O artigo está organizado em quatro partes. Após esta primeira seção introdutória, buscamos, de forma breve recuperar algumas análises que apontam para centralidade da internet nos arranjos movimentalísticos que emergiram a partir de 2011 e outras que fazem a crítica a esse apontamento; na terceira seção, analisamos alguns dados colhidos sobre os três movimentos no que diz respeito aos seus processos de mobilização e divulgação; e, na última parte, trazemos algumas conclusões com algumas problematizações que servem mais para abrir o debate do que para fechá-lo.

A APROPRIAÇÃO DAS TICS PELOS ARRANJOS MOVIMENTALÍSTICOS A PARTIR DE 2011

Como um dos autores de referência para as análises que evidenciam a centralidade da internet como o novo mecanismo propulsor de mudanças sociais e culturais, Castells (2013) considera que o ambiente virtual, formado por redes sociais da internet, serviços de telefonia móvel e canais de vídeos na internet, foi o principal elemento que possibilitou o surgimento dos *movimentos sociais em rede*, em um contexto marcado por desprezo a partidos políticos, desconfiança da grande mídia, não reconhecimento de lideranças e rejeição à organização formal.

A questão da recusa de espaços políticos institucionalizados e de formas de lutas tradicionais (parlamento, sindicatos, partidos), anunciada pelos *movimentos sociais em rede*, é analisada por Castells (2013) como uma tendência na cena contemporânea, na qual os movimentos sociais passam a usar cada vez mais as redes digitais para o processo de mobilização, articulação e até mesmo organização, ampliando os espaços e as possibilidades de atuação deles. Um dos anseios dos participantes desses novos arranjos movimentalísticos seria, conforme o autor, uma democracia mais direta, com as decisões elaboradas com base na participação de todos. A possibilidade dessa reconfiguração da democracia para Castells (2013) pauta-se justamente nas potencialidades que as TICs apresentam, sobretudo através da internet. Elas cumpririam uma espécie de mediação entre movimentos sociais variados articulados pelas redes e protegidos de tentativas de desarticulação decorrentes do jogo institucional, apontando para uma nova formatação da política e da democracia, mais próxima de uma democracia deliberativa.

Com uma análise próxima a de Castells (2013), Gohn (2014) defende a hipótese de que o contexto mundial contemporâneo comporta uma nova forma de associativismo civil, na qual, segundo a autora, os jovens destacam-se como sujeitos políticos, o que não significa que não haja a participação de outros. Segundo ela, as mobilizações massivas na primeira metade da década atual não foram convocadas por partidos políticos e sindicatos e, na maioria dos casos ocorreram distanciadas dessas organizações e quando estas estiveram presentes apresentaram pouca visibilidade. Para a autora, entre outros fatores, isso decorre de uma maneira geral dado o “[...] desencanto com a política” (GOHN, 2014, p. 20). Assim como Castells (2013), a autora também destaca o uso das redes sociais digitais como forma de articulação dos processos movimentalísticos mais atuais.

Pinto (2014) também defende a tese de que as manifestações e movimentos sociais que surgiram a partir de 2011 apresentam uma nova forma de fazer política. Entre as

novidades apontadas pela autora como características desses arranjos, também aparece o uso da internet para além de seu caráter instrumental, isto é, apenas como mecanismo voltado para a comunicação. A internet é vista também como um espaço para a organização social. Semelhantemente a Castells (2013), essa autora valoriza as potencialidades que o uso da internet apresenta para criar uma dinâmica que permite tornar o movimento mais acessível, a partir do uso de blogs, twitter, facebook, MSN, possibilitando alcançar apoio de pessoas inicialmente não mobilizadas.

Considerado o alcance da influência ideológica proporcionado pelas grandes mídias, a internet constitui-se um fato novo, não só pelo papel da rede em relação ao seu caráter mobilizador, mas, sobretudo, pela sua potencialidade contra o controle ideológico, pois diferentemente da imprensa tradicional, a grande rede possui um caráter heterogêneo na composição das opiniões expressas (AMARAL, 2013). Apesar de expressar certo entusiasmo, Amaral (2013) autor alerta para o caráter de disputa de poderes que também ocorre no espaço virtual.

As análises de Harvey e de Davis (ambas in HARVEY et al., 2012) levantam críticas ao papel central atribuído às mídias digitais no processo de mobilização e organização das manifestações massivas e movimentos occupys do início desta década. Harvey é enfático ao afirmar que: “[...] são os corpos nas ruas e praças, não o balbucio de sentimentos no Twitter ou Facebook, que realmente importam” (HARVEY et al., 2012, p. 61). Também para Davis, os fóruns urbanos continuam a ser a melhor forma de mobilização, haja vista que o debate na internet acaba voltando-se para um grupo já mobilizado pelo tema, ou no máximo para um grupo demográfico já esperado. As mídias digitais, nesse sentido, são apenas ferramentas que podem colaborar com as mobilizações (HARVEY et al., 2012). Convergindo com esses autores, Iasi acredita que “O que move a classe e seus setores internos de um momento para o outro do processo de consciência não é a propaganda de um setor esclarecido [...] sobre aqueles não esclarecidos, salvando-os das trevas” (IASI, 2013, p. 44), processo facilitado pelos meios de comunicação digitais. Na visão de Iasi (2013) esse seria nada mais que “[...] um mito que herdamos da burguesia e sua fé na educação, agora apenas atualizado ao saltar da prensa de Gutenberg para os ágeis teclados de smartphones” (IASI, 2013, p. 44).

A COMUNICAÇÃO NOS MOVIMENTOS FEMINISTAS AMB, MMM E MMC

A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) em sua expressão no Brasil e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) são movimentos feministas auto-organizados por mulheres que possuem origens que remontam ao final do século passado. Naquele contexto, os três se configuravam como grandes articulações de movimentos feministas ou de mulheres. O processo de desenvolvimento dessas articulações como espaços compostos por diversas organizações de mulheres que não estavam organizadas em outros espaços culminou com a metamorfose dos movimentos sociais feministas, na primeira metade dos anos 2000.

Trata-se de movimentos feministas críticos ao sistema capitalista, que possuem expressividade nacional e que se organizam de forma independente, possuindo suas

próprias diretrizes que orientam sua ação coletiva. Possuem arranjos diversificados entre si, mas que têm como ponto em comum o fato de se constituírem movimentos-articulação, compostos por outros movimentos sociais e por mulheres avulsas, além de compartilharem diversas bandeiras de luta, mesclando pautas voltadas para toda a classe trabalhadora e focadas na mulher. A seguir, apresentamos alguns aspectos dos processos de mobilização e divulgação realizados por esses movimentos.

A AMB possui uma coletiva de comunicadoras que se ocupam de organizar em caráter nacional, o processo de divulgação das ações, diretrizes e críticas do movimento, contribuindo como elemento mobilizador ante novas participantes e também para a sensibilização sobre o feminismo (Entrevistada I, AMB). O movimento direciona sua mobilização para mulheres da classe trabalhadora, principalmente, dos segmentos populares, ainda que por vezes também realizem atividades voltadas para as estudantes, sobretudo, universitárias (Entrevistadas H e I, AMB).

A comunicação interna, isto é, entre as militantes do movimento, se desenvolve nos âmbitos nacional e local de formas diferentes. Em âmbito nacional é utilizado: “[...] lista de emails e grupos de whatsapp, ou telegram e outros aplicativos para lutas específicas que merecem maior segurança [...]” (Entrevistada H, AMB), telefonema para “[...] as coordenadoras, para as pessoas de referência nos estados” (Entrevistada I, AMB). No âmbito local, além dos mecanismos usados para alcançar mulheres ainda não organizadas, são utilizadas algumas chamadas previamente gravadas, divulgadas por meio de carros de som ou panfletos impressos (Entrevistada H, AMB).

A comunicação externa, isto é, a exposição de práticas do movimento para a sociedade em geral, para outros movimentos sociais e para mulheres não organizadas é realizada com o apoio das TICs: facebook, site, blog (Entrevistadas H, I, J, AMB), mas não se esgota nelas. Ao contrário, para o movimento é importante a mescla de atuação nas frentes presenciais e virtuais.

[...] a atuação nas redes sociais a gente entende que é muito importante, há um grande debate feminista nas redes que a gente considerada e quer construir, também incidir, quer fazer movimentar, mas a gente acha que não é o suficiente, a gente tem que ter isso nas ruas, tem que ter espaço de diálogo com as mulheres. Então, no mesmo momento que a gente está construindo a virada feminista na internet, a gente está fazendo vários debates, uma serie de rodas de conversa, ações de rua pela defesa da legalização do aborto, a gente combina isso. A ação direta na rua não precisa ser massiva, mas tem que ser impactante (Entrevistada I, AMB).

Mesmo que atento aos riscos, o movimento aposta nas mídias digitais como espaços alternativos em relação às grandes mídias tradicionais.

A mídia é uma faca de dois gumes. A gente questiona o modelo, mas precisa publicizar. Os meios de comunicação gerais, mais amplos, não publicizam nossas lutas, causas e conquistas, do ponto de vista que a gente gosta de divulgar. Para divulgar, da nossa perspectiva, a gente tem utilizado muito [as mídias digitais] e para isso as mais jovens tem muita habilidade. Considero primordial, principalmente, nesse contexto no qual as pessoas se informam muito por esse meio de comunicação, mídia digital; se informa e desinforma. (Entrevistada K, AMB)

Apesar da preocupação em ampliar seus processos de mobilização e divulgação de alcance nacional, a AMB ainda esbarra com muitos desafios concretos, sobretudo, no uso das TICs.

O uso das mídias digitais tem muito amadorismo. A gente tem o facebook e tem o site, mas o site, como a gente está sem dinheiro, está parado, a gente diz que é um folder eletrônico. O facebook a gente coloca mais coisas e tal, mas a gente utiliza de uma forma precária. A gente começa a discussão de canal de youtube (jogar vídeo das ações de rua, encontros), mas o uso é bastante pequeno (Entrevistada H, AMB).

Os problemas, no que dizem respeito ao uso das TIC não se reduzem à limitação do próprio movimento no manejo das mídias digitais, mas também do alcance reduzido que estas ainda apresentam em várias regiões do país, como afirma a entrevistada abaixo.

Na Amazônia só 20% das residências tem internet, no Nordeste até mesmo em Recife tem bairro que não tem internet. É um nível de precarização da realidade social que dificulta o uso de mídias digitais. Especialmente, norte e nordeste, mas também no centro-oeste, muitas mulheres tem limitação com o uso das mídias digitais. Com o whatsapp isso melhorou, o acesso do telefone facilita, [por exemplo,] se você trabalha na faxina, no comércio, você [pode] usar o telefone no intervalo, é mais fácil do que o computador (Entrevistada H, AMB).

Apesar de o uso das TICs ter como foco principal o processo de mobilização de militantes e de novas participantes e divulgação das atividades do movimento, esse uso começa a extrapolar esta função mais instrumental e avançar para o processo de organização do movimento, na tomada de pequenas decisões.

A gente em uma lista de emails, a gente tem um grupo de whatsapp que facilitam muito nossa articulação, nossa comunicação e a tomada de decisão. Para a gente tomar decisão isso é feito a partir de um processo de consulta nesses instrumentos de comunicação, parte dessas decisões é tomada na plenária e outras que são mais cotidianas são tomadas nesses espaços de comunicação (Entrevistada I, AMB)

No que se refere à MMM, o movimento possui um processo de comunicação mais estruturado, organizado por uma rede de comunicadoras, em geral, com um perfil jovem e pela secretaria nacional do movimento. A rede atua, principalmente, na divulgação externa do movimento, sobretudo, com o apoio das TICs, ao passo que a secretaria encaminha e-mails para mobilização das reuniões e repasses de comunicados gerais com o foco mais nas militantes (Entrevistada A, MMM). Os repasses de informações e processos de mobilização são feitos a partir de duas listas de e-mail, uma mais restrita às militantes orgânicas e outra mais ampla, com cerca de dez mil contatos (Entrevistadas C e G, MMM). As reuniões são comunicadas por e-mails e mas também por contato telefônico e pessoal. Os mecanismos de mobilização em âmbito estadual variam conforme cada realidade, mas acabam reproduzindo o retrato nacional, utilizando-se de contatos telefônicos, grupos de whatsapp com militantes orgânicas e lista de e-mails (Entrevistada A, MMM).

Aqui e em outros estados, além das mídias digitais, a gente tenta popularizar a comunicação, no sentido de não se deter apenas as redes sociais, todas as articulações e movimentos, a Marcha acompanha presencialmente [indo] nas

reuniões, dando informes, participando do grupo de whatsapp, sempre divulgando as atividades (Entrevistada F, MMM).

[...] Eu acho que ela [internet] é eficaz para um determinado setor, não é eficaz para a humanidade toda; é eficaz para o setor jovem, classe média e outras. No nosso caso, a nossa Marcha é muito popular, então, nós temos que utilizar outros meios de comunicação: telefone, recado, tudo isso ainda utilizamos (Entrevistada A, MMM).

A partir de processos de comunicação e mobilização tão diversificados, mesclando “[...] desde essa coisa da internet com outras alternativas para as mulheres populares que não tem acesso à internet [...]” (Entrevistada A, MMM), a MMM consegue alcançar perfis bem diversificados de mulheres. Assim, são usados mecanismos que vão desde a comunicação boca a boca, de roda de conversa, programa em rádios comunitárias, ocupação de espaços públicos, até o uso de programa de televisão, vídeos de formação e ambientes digitais como o facebook, telegram, instagram, flicker, site e blogs, entre outros, que cumprem simultaneamente o papel de comunicação, mobilização e formação (Entrevistadas B, C, D e E, MMM).

A gente tem utilizado de tudo que tem disponível de mobilização, de instrumento de comunicação, inclusive a gente tem experimentado nesse processo de mobilização, outros formas como o teatro, é um fator que casa a arte com essa perspectiva de mobilização, a própria batucada para nós é um elemento mobilizador e comunicador, [...] intervenções no urbano, desde lambi-lambi a murais, também são formas para gente que casa mobilização e comunicação porque isso serve para mobilizar várias mulheres, [...] grupos de hip hop (Entrevistada B, MMM).

Apesar da diversidade do público-alvo, o movimento tem buscado direcionar sua ação, primordialmente, para mobilizar mulheres da classe trabalhadora, sobretudo, segmentos de mulheres negras, como afirma o relato.

Então, para gente as mulheres populares, do povo, têm mais centralidade de onde a gente quer chegar, com quem a gente dialoga. Porque a gente acha que o feminismo é uma construção que faz parte de um projeto político e sendo parte disso quem tem que ser protagonistas nisso são as mulheres do povo, as mulheres negras que estão aí, em sua grande maioria, então, são elas as sujeitas centrais. Acho que a gente a cada dia quer envolver mais, já fazem parte do movimento, mas a gente quer ampliar mais esse processo de organização dessas mulheres populares, essas mulheres da classe trabalhadora (Entrevistada B, MMM).

O movimento procura usar as TCIs apenas como instrumento de mobilização e divulgação, evitando usá-las nos processos organizativos, como a tomada de decisões, ainda que nem sempre consiga evitá-lo, sobretudo, devido sua amplitude nacional.

[...] as decisões tomadas presencialmente e a mobilização é feita via, aí depende, às vezes por telefone também (Entrevistada A, MMM).

Para decidir as coisas são sempre em reuniões presencial, a gente evita decidir coisa por whatsapp (Entrevistada G, MMM)

A MMM tem se apropriado das TICs de maneira a explorar suas potencialidades sem perder de vista suas limitações e contradições na apropriação delas por parte dos movimentos sociais como mostram os trechos dos relatos abaixo.

Não funciona, mas a gente sempre tenta não usar o Facebook como uma ferramenta organizativa nossa, por ser uma ferramenta corporativa de uma grande empresa, mas a gente então usa Facebook, Twitter, essas coisas, principalmente, para fora e a gente tem uma boa experiência disso, quando a gente organiza no coletivo de comunicadoras uma boa difusão das ações que a gente faz, o alcance é muito grande. [...] As redes sociais são muito importantes, mas como a gente é um movimento popular, nem só de rede sociais vive um movimento [...], o que a gente mais investe de conseguir recurso é de fazer materiais impressos com linguagem simples, explicando a agenda, [...] então a gente investe muito na produção de materiais impressos da Marcha [...] (Entrevistada C, MMM).

A gente faz uma discussão do software livre, enfrentamento aos monopólios, toda essa coisa da Microsoft, a gente tem optado por softwares livres para ter mais segurança. No último período temos fortalecido nossa segurança das redes. A gente teve uma oficina, no ano acontece 3 ou 4, dependendo de como a gente se organiza, pra debater segurança nas redes. Temos tentado instrumentalizar as militantes para a utilização desse software (telegram) (Entrevistada D, MMM). É importante o debate nas redes, mas precisamos de uma ancoragem real, concreta. Temos muito o que aprender e construir na segurança nas redes, temos priorizado... A gente ainda tá incipiente, dando passos nesse sentido. A gente tem conseguido acessar um público que nos interessa, mas a gente tem usos que podem vir com criminalização, nas redes essas coisas são mais expostas, mais abertas. Várias militantes tem perfil bloqueado na internet e nos inspira cuidado, temos com dificuldade, tentado ampliar o uso das mídias e softwares livres para melhorar a comunicação. Mas a militância é mais acostumada com as coisas da Microsoft, é mais fácil pra elas (Entrevistada D, MMM).

Os relatos demonstram que a MMM não utiliza o espaço da internet como substituto dos encontros presenciais e tampouco utiliza as mídias digitais como principal mecanismo mobilizador de suas ações. Isso não significa desconsiderar a importância das TICs. Por fim, ressalta-se que diante desses desafios no uso das TICs, esse movimento tem buscado se envolver em lutas pela democratização da comunicação, compondo o Fórum Nacional de Comunicação (Entrevistada B, MMM).

O processo de mobilização do terceiro movimento analisado, o MMC, é direcionado basicamente a alcançar as mulheres camponesas, inclusive as que ainda não estão organizadas em algum movimento social. Já o processo de divulgação de algumas pautas, como da alimentação saudável, também se orientam para a população urbana, como, por exemplo, por meio de folders entregues em feiras livres (Entrevistada L, MMC).

Os principais materiais de comunicação externa usados pelo MMC são os folders e pequenas revistas para divulgação de pautas. A comunicação interna, por outro prefere fazer uso de cartilhas com orientações gerais, no estilo de passo a passo, para a organização dos grupos. Ainda que o movimento utilize as TICs como ferramenta de comunicação, divulgação e mobilização, principalmente, no âmbito da organização a nível nacional, como por exemplo, por meio de lista de e-mails e whatsapp, o uso desses mecanismos ainda é secundário e em condições precárias, tanto no que se refere à estrutura do movimento quanto do acesso restrito das militantes camponesas (Entrevistadas L, M e N, MMC),

[...] a gente, às vezes, pensa que essas mídias chegam a todos os lugares, mas não chegam tão facilmente nos interiores ainda. As companheiras vão uma vez por semana, a cada quinze dias a algum local para ter acesso ao e-mail ou em algum local que tenha wi-fi para acessar o whatsapp (Entrevistada M, MMC). A mídia ajuda a fazer uma divulgação, convocatória, mas também têm pontos negativos. A maioria das mulheres não domina a mídia. [...] No movimento tem pessoas analfabetas e semi-analfabetas (Entrevistada N, MMC).

Assim, considerada a realidade das militantes do movimento, “[...] é preciso entrar em contato individual, quase sempre, com as pessoas [...]” (Entrevistada M, MMC), seja por meio de ligação telefônica ou mensagem de texto ou no boca a boca. Não à toa, a comunicação fica centrada basicamente no papel das lideranças como indica o relato: “[...] acaba que o nosso principal meio de comunicação são as dirigentes nacionais. As coordenações, porque são elas que a gente reúne, elas que descem, elas que sobem a informação também que vem da base” (Entrevistada L, MMC). Ainda assim, mesmo que a divulgação e mobilização por meios das mídias digitais não alcance boa parte do principal público-alvo do movimento, as mulheres camponesas, elas acabam alcançando outros grupos, como a juventude e mulheres urbanas, como destaca outra entrevistada (M, MMC). Assim, as participantes do movimento consideram importante fazer uso desses mecanismos. Nesse sentido, o papel primordial das lideranças não se reduz à responsabilidade com a comunicação boca a boca. Até mesmo a tarefa de fazer uso das TICs fica a cargo delas.

[...] mas muito, são as dirigentes que fazem também essas tarefas da comunicação. De comunicação, eu falo muito no sentido de fazer matérias, notícias e divulgar no site, porque a gente tem um site) e nas mídias sociais, porque a gente também tem um facebook que é do movimento nacional e, também tem o facebook dos estados. Alguns estados também têm seus sites próprios, onde colocam as suas notícias, notícias da política em geral também para divulgar [...] (Entrevistada M, MMC)

Ainda que considerem as Tecnologias da Informação e da Comunicação fundamentais para a organização do movimento, elas não são tidas como elementos centrais, nem referidas como objeto de desejo do mesmo, como sintetiza o relato abaixo.

[...] Eu acho que a gente não tem que substituir esse diálogo mais próximo e esse diálogo da fala, por essas mídias que podem contribuir. Contribuem, mas não podem substituir esse tipo de conversas, inclusive mais políticas que são necessárias serem feitas e que às vezes há ruídos na comunicação quando a gente só manda mensagens ou coisas em grupo, porque as coisas se perdem. Mas são importantes e a gente utiliza. [...] Eu avalio que é importante, é um espaço que a gente tem que ocupar, porque as mídias são essas onde a gente pode colocar a nossa fala, a nossa voz e a nossa posição política e desconstruir, sobretudo, as outras ideologias que estão dominando a nossa sociedade, então, a gente utilizar essas mídias e ocupar esse espaço é fundamental porque a gente tem clareza que a mídia dominante não vai falar a nossa voz. Muito pelo contrário, vai distorcer a realidade, vai construir um outro consenso, uma outra ideia que não é a nossa ideia, que não é a nossa luta, mas é a ideia da classe dominante. Então, por isso é necessário a gente ocupar também esse espaço, dar visibilidade às nossas lutas nesses espaços, porque as grandes mídias não vão dar [...] Então, é preciso a gente também utilizar para dialogar com a parte da sociedade a partir desses espaços das mídias digitais, dessas mídias que a gente fala alternativas (Entrevistada M, MMC).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, as entrevistas com militantes dos movimentos pesquisados apontam que a comunicação em cada um deles tem sido realizada por diferentes meios: boca a boca, telefone, rádios comunitárias, lambe-lambes, lista de e-mails, blogs, site, facebook, grupos no whatsapp, telegram e outros aplicativos. Esses meios visam emitir mensagens faladas, impressas, de áudio, virtuais, que em alguns casos podem ser combinadas também com meios alternativos e populares como teatro de rua. A diversidade desses mecanismos e das formas de emitir a comunicação expressa a heterogeneidade da composição social dos próprios movimento (que abrange desde jovens até mulheres mais velhas), mas também, a finalidade da comunicação e o público-alvo a quem se destina, por exemplo se é para comunicar com a sociedade, mobilizar novas mulheres para participarem do movimento, fazer repasses para as militantes da base ou estabelecer uma rede de contato entre as militantes mais orgânicas ou lideranças/coordenadoras.

Um elemento de análise que emerge nos relatos e que se assemelha à tendência anunciada a respeito dos movimentos sociais contemporâneos, é que as mídias digitais são mecanismos de comunicação utilizados em sua maioria pela juventude, sobretudo, urbana e de classe média. As entrevistadas destacam o fato de que as mulheres dos segmentos populares, sobretudo, do meio rural ainda possuem um acesso bastante restrito a esses meios digitais. Apesar de evidenciarem a importância da apropriação das TICs pelos três movimentos, os elementos de análise presentes nas entrevistas rompem com a ideia de um espaço virtual livre e democrático, apontando não apenas para a questão do acesso restrito, mas também para o controle desses meios por parte das grandes corporações, sobretudo no que tange a divulgação de ações que pode ser usada com interesses de criminalizar os movimentos.

Isso não significa que para esses movimentos as TICs não sejam importantes, ao contrário, tanto que em alguns casos, o uso de tais ferramentas extrapola o caráter instrumental avançando para o processo de organização, ainda que em dimensão muito menor do que *movimentos sociais em rede*. Diante do exposto, é significativo perceber que as TICs têm ocupado um lugar de destaque, ainda que não central, mesmo nos movimentos consolidados, uma vez que diante de suas falhas e desafios concretos no uso das mídias digitais, os movimentos pesquisados sinalizam o desejo de superar essas barreiras e qualificar sua atuação no processo de mobilização e divulgação por meio destes espaços e instrumentos de comunicação.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Roberto. A grande rede e a explosão das ruas. In: SOUSA, Cidoval Moraes de; SOUZA, Arão de Azevêdo (Orgs.). **Jornadas de junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013, p. 8-12.

BARKER, Colin. “O movimento como um todo”: ondas e crises. **Revista Outubro**, n. 22, 2. sem. 2014.

BRAGA, Ruy. **A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais**. São Paulo: Alameda, 2015.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DEWES, João Osvaldo. **Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling: uma descrição dos métodos**. 2013. Monografia (Graduação em Estatística). Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/93246/000915046.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 maio 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Pretrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HARVEY, David *et al.* **Occupy: movimento de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012.

IASI, Mauro Luis A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 41-46.

PEREIRA, Célia Barbosa da Silva. **A relação entre movimento feminista e partidos políticos de esquerda no Brasil, no contexto de acirramento da crise capitalista, 2008-2017**. 2019. Tese (Doutorado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política? In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 129-145.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, maio/ago. 2014.

SINGER, André. Classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**, n. 97, Nov.2013. Dossiê: mobilizações, protestos e revoluções, p. 23-40.

Célia Barbosa da Silva Pereira Responsável pela pesquisa empírica. Participação nas análises dos dados e elaboração do texto do artigo.

Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (NEMPS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutora (2019) e Mestre (2012) em Política Social, ambos pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Graduada (2008) em Serviço Social pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Assistente Social registrada no CRESS-ES, 17ª Região.

Franciani Bernardes Participação nas análises dos dados e na elaboração do texto referente à análise e às conclusões. Responsável pela revisão final do manuscrito.

Pós-doutoranda (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes. Jornalismo pela Ufes (2006). Doutora em Comunicação Social pela Universidad CEU San Pablo (Madri- 2012) - e o título de doutorado revalidado no Brasil pela USP. Foi pesquisadora visitante na Universidade Nova de Lisboa. É membro do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparências (Ufes) e do Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (NEMPS/Ufes). Pesquisadora da área da Comunicação nas linhas: comunicação e educação; comunicação e cidadania; e mídia e juventude.
